

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 7 DE SETEMBRO DE 1996

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Dona Ana Maria Maciel; Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence; Senhor Ministro do Estado da Justiça, Dr. Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; Dona Gladys Buarque; Senhor Governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins; Senhora Nely Martins; Senhores Parlamentares; Líderes do Governo no Senado no Congresso, na Câmara; Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores; Senhor Procurador-Geral da República; Senhores Representantes de organismos internacionais; Senhora Presidente do Instituto Ayrton Senna; Dona Viviane Senna Lali; Senhores Integrantes dos projetos e entidades aqui representados; Senhores Empresários; Crianças; Jovens; Senhoras e Senhores.*

Como o fizemos no ano passado, pareceu-nos que seria importante para o Brasil, pelo significado simbólico que isso tem, que Ruth e eu convidássemos os aqui presentes para estarmos juntos, aqui, nos jardins internos do Palácio da Alvorada, logo depois de um desfile mili-

tar, para darmos um sinal de solidariedade, de conagração e de disposição, para seguirmos o caminho que tão precisa e corretamente foi anunciado pelo Dona Viviane Senna.

Ainda há pouco, durante o desfile, chamava a atenção o fato de que, no desfile no Brasil, no dia sete de setembro, festivo, o aspecto militar guerreiro quase desaparece, no aspecto simbólico de homenagem à pátria, tanto que dele as crianças participam, na tribuna ou assistindo ao desfile, e não se tem aquele aspecto marcial, formal, que costuma caracterizar as festas de Estado. Pelo menos agora tem sido assim, e há de ser assim com continuidade.

Durante o desfile, o Governador do Distrito Federal me dizia que há um grande desafio, que é o de saber se será possível a globalização sem exclusão, sem os excluídos. De alguma maneira, o que estamos mostrando hoje, aqui, é a nossa disposição, como nação – não como Presidente da República: como nação, todos juntos, vários poderes, a sociedade civil, o empresariado, os grupos organizados – de enfrentar esse problema, pois pouco vale um país que cresce, se essa nação não se sente, ela própria, parte desse crescimento e se esse crescimento não quer dizer, numa só palavra, dignidade. E dignidade expressa – de novo o que disse Dona Viviane – a potencialidade de todos os brasileiros, das crianças, dos que hoje ainda estão excluídos, de desenvolvê-la. Sem isso, pode haver um forte desenvolvimento, mas não vai haver sentimento de solidariedade nem, realmente, um projeto de nação.

Projeto de nação só existe quando há inclusão, e não exclusão. Isso não significa nem negar a exclusão nem simplesmente repetir que ela existe. Significa construir os caminhos para que ela diminua e para que as desigualdades, insuportáveis, como foi dito, não sejam mais aceitáveis num país como o Brasil.

É esse o sentido deste nosso encontro. Eu vinha vindo para o jardim, cercado de meninos de Mato Grosso – tão bem governado pelo Governador Wilson Martins –, meninos que estavam na carvoaria, trabalhando no carvão e agora estão na escola. Perguntei – pergunta talvez ingênua: “O que é melhor?”. Disseram dois deles, que estavam mais próximos a mim: “Ah, a escola, a escola é muito melhor.” E eu:

“Por quê?”. “Porque a gente se forma para uma profissão.” Isso expressa tudo. Não sei o nome dos meninos que estavam ao meu lado e disseram isso. Com simplicidade e singeleza expressaram tudo. Em vez de estarem num trabalho que é degradante, que não é para criança, estão na escola – com uma pequena bolsa, para que as famílias tenham aí algum sustento garantido, e a esperança, que é a de vir a ter uma profissão.

Isso é inclusão – é a possibilidade de eles, amanhã, participarem deste país como cidadãos plenos, e não simplesmente como cidadãos que vêm uns indo para a frente enquanto eles não têm a mínima condição de avançar.

Esse o sentido dessas ações todas. É verdade que, como ontem mesmo disse numa outra solenidade, não é possível imaginar que o Governo possa fazer tudo; tampouco é possível imaginar que a sociedade, sozinha, possa fazer. Ou nós nos damos as mãos, ou cada um vai ficar criticando o outro: o Governo se lastimando porque não tem apoio, e a sociedade se lastimando porque o Governo não faz o que tem que fazer.

Já passou o Brasil do momento do choro, da reclamação e da retórica. Cansou, cansou o Brasil inteiro. O Brasil quer isto, quer caminhar, mesmo com todas as dificuldades e sabendo que a caminhada é longa e que muitos de nós não vamos assistir, talvez, à realização dos nossos ideais, mas tendo a convicção íntima de que nós estamos, a despeito das dificuldades e das diferenças, trabalhando com sinceridade por esses ideais.

Isso requer paciência e perseverança. Acho que nosso povo tem demonstrado, em muitas ocasiões, essa capacidade, paciência quase ilimitada e perseverança, porque não desiste do que é bom. Não se deve desistir de querer o que é bom, apesar de saber que não é fácil chegar lá.

Hoje, estamos especialmente vocacionados, neste encontro, para ver o que se faz com as crianças nas várias organizações que trabalham com as crianças e com o jovem. Mais adiante, criaremos mecanismos para acelerar a integração da juventude nesse esforço que é essencial. O País não se faz sem as crianças e sem os jovens. Alguns são

excluídos, outros estão em processo de inclusão e outros estão incluídos. Todos merecem a mesma atenção, com a certeza de que, sem esse conjunto de jovens e de crianças, as coisas não avançam.

Claro, estamos aqui, num dia, o Dia da Pátria, que nos orgulha muito, mas é um dia também em que não podemos deixar de reconhecer que há problemas agudos nesta nossa pátria. Falamos da necessidade da inclusão. Falou-se, é verdade, da necessidade, também, de um desarmamento, de um ponto final na violência. Por isso, assinei uma mensagem ao Congresso punindo o porte de armas, quando indevido, e controlando – porque não há controle – o uso de armas, o comércio de armas, o abuso no armamento.

Não há cabimento algum, em uma sociedade como a nossa, com tantas forças tão genuinamente positivas, perceber que, pela superexcitação da vida urbana, de repente o trânsito vira uma maneira de morrer, e não uma forma de se caminhar mais depressa: que alguém puxa um revólver e, sob o medo de que o outro vá atacá-lo, ataca e mata. E é irreversível. Não tem sentido.

Isso não significa que, por consequência, o Governo, pura e simplesmente, ao ter a atenção que temos para com os direitos humanos, deixe de reconhecer que há gente muito violenta e que essa, sim, não deve estar no nosso convívio, deve ser presa e punida, dentro do respeito à pessoa, mas com um respeito tão grande quanto esse à sociedade, ao outro, àquele que é objeto da violência.

Não há nenhuma contradição entre uma atitude como a nossa, de absoluto respeito aos direitos humanos, e a responsabilidade, que também é nossa, de manter a ordem, para que a cidadania possa existir num ambiente de paz.

Paz é a palavra que nós temos que, cada vez mais, introjetar em cada um dos nossos atos. E a paz significa a lei. Não haverá paz sem lei. O Presidente do Supremo está aqui e simboliza isso, o respeito à lei. Queiramos ou não queiramos, a lei é a nossa regra. Se estiver errada, vamos mudá-la – dentro da lei, também. Nós vamos respeitá-la. Não se consegue, de maneira duradoura, avançar naquilo que é importante, do ponto de vista social e dos direitos humanos, se nós

nos esquecermos de que a lei é necessária para que haja um convívio civilizado entre os povos.

Não basta a justiça. E a justiça, quando é feita pelas próprias mãos, não é justiça, gera uma reação. Nós temos que ter um espírito de respeito às leis.

A lei deve ser suficientemente ampla, para permitir, também, que os que julgam conduzam de tal forma as suas decisões, que possam atender aos reclamos dos excluídos, aos reclamos daqueles mais necessitados de amparo do Estado. Não deve ser uma lei para servir aos poderosos. Deve ser uma lei que permita à sociedade ajustar-se e recuperar aqueles que têm necessidade dessa recuperação.

Também não deve mover-nos nunca o ódio, a vingança, a retaliação. Hoje, assinei um indulto. É o indulto concedido em razão do Natal. Até para que as pessoas possam gozar desse benefício no Natal é preciso assiná-lo com muita antecipação. Muita gente se opõe a indultos. É que não percebem que muitos dos presos realmente se convertem; pagaram o preço, e é preciso dar-lhes também uma chance de recuperação.

Isso exclui, naturalmente, os crimes contra o Erário, aqueles que são ladrões do dinheiro público; exclui os crimes violentos, os homicídios, os crimes com barbaridade. Mas, às vezes, trata-se de delitos pelos quais as pessoas pagam um certo preço, e não há por que continuarem nas prisões, que, muitas vezes, não têm nem condições humanas mínimas para as pessoas se reconvertermem.

Está evoluindo todo o nosso sistema, o nosso modo de encarar essas questões, as questões penais. Estamos crescentemente introduzindo instrumentos que vão permitir que a pena seja, não simplesmente um castigo, mas uma tentativa de recuperação para os que são recuperáveis. É claro que há certos crimes que, pela sua natureza, são irrecuráveis. E aí, sim, a dureza da lei tem que se fazer sentir, embora, claro, dentro do respeito à pessoa.

É com esse espírito que nós estamos aqui, hoje. Quero agradecer a presença de tantas organizações que, eu sei, têm se empenhado nesse enorme esforço de inclusão, na sociedade, dos que necessitam; e a

imensa abnegação de muitos desses setores que se organizam para prestar assistência a jovens na prostituição infantil, na prostituição em geral, e àqueles que têm necessidade, por serem portadores de deficiências físicas, de um apoio específico. A esses quero agradecer.

Eu não queria terminar esta breve alocução, que é basicamente de agradecimento, sem agradecer a presença de tantas pessoas, muito especialmente dos dois Governadores que nos honram e a companhia dos Senhores Ministros e dos Representantes dos outros Poderes que aqui estão.

Também não queria terminar a minha fala de Sete de Setembro simplesmente com uma nota de dificuldade. Eu queria terminar com uma nota de otimismo, dizendo que, a despeito de tudo, este é um país alegre, este é um país que é capaz da convivência, este é um país em que as marcas das diferenças e, às vezes, até de ofensas não foram suficientes para tirar de todos nós a vontade de estarmos juntos – e estarmos juntos, nos dias de festividade, sem nenhuma outra preocupação senão a do conagraçamento, senão a de dizer que estamos juntos para ver o que é possível fazer, sem nenhuma tentativa de impor que uns sigam os outros ou de que haja cooptação nem de poderes, nem de partidos, nem de organizações, nem de nada, simplesmente com aquela vontade, que é tão nossa, de comemorar.

Por isso, espero que, agora, nós tenhamos a chance de, nesse espírito alegre, mostrar que o Sete de Setembro deve ser festivo, mesmo reconhecendo-se que temos de caminhar muito na inclusão social, o que não nos tira a vontade de estarmos felizes.

Eu gostaria muito de ouvir o que se vai seguir. Não posso dançar: dizem que o Presidente da República não pode. Se pudesse, eu até ensaiaria uns passinhos. Dizem sempre que sou muito mau bailarino, mas a Ruth dança bem, e eu sempre fui guiado pelos passos dela. De qualquer maneira, vamos ouvir algumas músicas para que nos sintamos mais integrados uns com os outros e para, quem sabe, depois, também comer um sanduíche e tomar um refresco.

Muito obrigado.